

Índios e negros nos sertões das minas

Contatos e identidades

Indians and Blacks in the Backwoods of the Mines

Contacts and Identities

MARCEL MANO

Instituto de Ciências Sociais

Universidade Federal de Uberlândia

Rua Antonio Francisco Rosa, 231, Condomínio Paradiso, Al. do Campo, 60,

Aclimação, Uberlândia, MG, 38.406-064, Brasil

marcelmano@incis.ufu.br

RESUMO O artigo busca resgatar parte da ocupação indígena e quilombola dos sertões das minas no segundo e terceiro quartos do século XVIII, com vistas a um mapeamento dos encontros e intersecções culturais entre esses dois coletivos. Com base na perspectiva antropológica da alteridade é realizada a análise de uma documentação histórica disponível para os atuais oeste de Minas Gerais, Triângulo Mineiro e sul de Goiás, que permite propor que as culturas e identidades coletivas de “gentios” e “calhambolas” estivessem se reelaborando num contexto de negociações e conflitos entre diferentes sujeitos históricos.

PALAVRAS-CHAVE antropologia e história, história do contato, índios e negros

ABSTRACT The paper looks for a rescue of the indigenous and quilombola occupation of the backwoods the mines in the second and third quarters of eighteenth century, with views to mapping of cultural encounters and

Recebido: 10 de dezembro de 2014 | Aprovado: 24 de março de 2015

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752015000200009>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 511-546, mai/ago 2015

intersections between the two collectives. Based in the anthropological perspective of the otherness is performed the analysis of historical documentation available for the current western Minas Gerais, Triângulo Mineiro e south of Goiás, allowing propose that cultures and collectives identity of “gentios” e “calhambolas” if they were reworking in the context of negotiations and conflicts between different historical subjects.

KEYWORDS anthropology and history, history of contact, indians and blacks

Durante o segundo e terceiro quartos do século XVIII, a área que compreende hoje o oeste de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás foi cenário de uma complexa rede de contatos entre diferentes agentes históricos. Desde pelo menos a década de 1730 uma itinerância da sociedade colonial em direção aos sertões colocou em movimento sujeitos de diferentes estamentos sociais: homens livres pobres, mestiços, negros forros, foragidos, garimpeiros, roceiros, índios escravos, agentes do poder colonial etc. (Amantino, 2001; Barbosa, 1971; Souza, 2004) se locomoviam desde o oeste de Minas cruzando o alto rio São Francisco e a Serra da Canastra em direção ao atual Triângulo Mineiro e sul de Goiás. Mas ao se porem em marcha, esses diferentes sujeitos entraram ainda em contato com diferentes outros. Insistentemente os relatos do período narram “a difícil empreza de povoar estas terras desertas e incultas (...) desvanecida pela opozição de gentio brabo e quilombos de Negros que por todos os lados sercavão este Continente”¹

Esse vasto sertão, denominado na documentação da época por Campo Grande, foi então palco do choque entre diferentes sujeitos. Parte das relações de contato históricas entre eles já se tem estudado, porém quase sempre sob a hegemonia da ideologia colonial porque tratam ou das relações do poder colonial com os negros quilombolas, ou do poder colonial com os índios hostis. Raros são os trabalhos que escaparam dessa

1 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. s/d. Biblioteca Nacional, RJ – secção de manuscritos – Arquivo Conde de Valadares, microfilme, códice MS 575 (1) – doc. 7.

tradição e se ocuparam, por exemplo, do estudo da população pobre ao longo da decadência das minas (Amantino, 2006; Souza, 2004) e, mais raros ainda, os que trataram índios e negros em seus próprios termos. Em face dessas lacunas, este ensaio pretende analisar parte de uma bibliografia e documentação histórica referente à região e o período em foco, com vistas a contribuir para a construção do panorama etnográfico e histórico de um aspecto desse contexto ainda pouco estudado: a do contato entre índios e negros. Com base inicial na coexistência espacial, é fácil supor que houve relações históricas, culturais e estruturais entre índios e negros fugidos da escravidão. A partir de alguns indícios (Ginzburg, 1989), espera-se colocar em evidência parte de uma complexa rede de identidades e alteridades entre grupos indígenas associados aos Jê – documentalmente tratados como “Cayapó”² - e os negros fugidos da escravidão.

Como se observa, o tema é espinhoso ao menos por duas razões: a escassez de trabalhos na área, e o tratamento dos termos constantes nos documentos. No primeiro desses casos, embora a questão das relações entre índios e negros tenha uma pequena história nas Ciências Sociais e remonte ao trabalho de R. Bastide (1973) sobre a formação de um tipo cultural americano;³ no geral quase sempre se viu ofuscada a participação de índios e negros na construção da sociabilidade brasileira. Nas suas diferentes visões, a mestiçagem ora deu na fábula da relação harmoniosa entre brancos, índios e negros; ora nas formas e nos conteúdos de resistência histórica de índios e negros contra a hegemonia branca. O fato, portanto, é que índios e negros compartilharam experiências que só agora estão sendo objeto de estudos sistemáticos por parte da Antropologia e da História (Carvalho; Reesink, 2011).

2 Quando neste texto aparecer o termo “Cayapó” com “C”, está-se fazendo referência à sua grafia na documentação histórica; ao passo que quando aparecer o termo Kayapó com “K” está-se utilizando a norma para grafia de povos indígenas conforme adotada pela Associação Brasileira de Antropologia.

3 Com base na observação dos fatos históricos sobre o encontro entre as formas de resistência indígena e negra BASTIDE, 1973, propõe, a partir da noção de fusão de civilizações, a geração de uma cultura negra original nas Américas, observada por ele nas estruturas rituais religiosos.

Mas ao situar o problema das relações históricas do contato entre esses diferentes sujeitos, cai-se na segunda razão deste ser um tema espinhoso: o uso dos termos constantes nos documentos, tais como os de brancos, índios e negros. Neste caso, tem-se de ter em mente que a narração oficial dos contatos foi marcada por uma ideologia colonial, e por isso mesmo delimitou um papel hegemônico aos agentes do poder colonial. Assim, o cuidado com os termos significa tratá-los não como uma incontestável realidade empírica, mas como construções históricas, políticas e culturais. Por isso, as categorias de índios, brancos e negros não se restringem a preceitos raciais ou culturais de uma dada coletividade abstrata. Em determinados contextos, o termo negro pode ser sinônimo de escravo e incorporar também indígenas escravizados (Monteiro, 1994); como o de índio pode se referir a qualquer indígena aldeado (Perrone-Moisés, 1992), aos quais se misturavam mestiços, homens livres pobres, negros forros. As companhias do poder colonial, tidas como brancas, também tinham clara formação mestiça e pluriétnica, composta por mulatos, índios escravos, homens livres pobres, negros forros etc.

Por isso, antes que realidades incontestáveis, as categorias têm de ser tomadas no contexto de sua produção. Para a área e o período aqui em foco, elas aparecem ao longo dos documentos oficiais e são narrativas situadas por quem vivenciava as relações de contato a partir de uma determinada posição. É claro, pois, que o uso dos termos dependia das leis, das hierarquias e das circunstâncias em que se davam as relações entre esses diferentes sujeitos históricos. Disso decorrem, muitas vezes, inclusive na documentação aqui analisada, o caráter alegórico na construção das alteridades e, a ele associado, o discurso legitimador do avanço colonial na conquista dos sertões. Ciente disso, é possível isolar nos discursos alguns significados atribuídos aos termos que o colocam em relação à produção desses próprios discursos. Por isso é que um levantamento de parte de uma documentação referente ao atual oeste de Minas, Triângulo Mineiro e sul de Goiás no segundo e terceiro quartos do século XVIII, revela uma série de termos usados para se referir a índios e negros. A depender das condições e das relações de contato, os termos variavam sensivelmente para ambas as categorias,

podendo ir da noção do índio manso ao índio bárbaro; do negro escravo ao preto decente. Nesse contexto polifônico, dois termos foram isolados nos documentos: o de “gentios” e “calhambolas” que parecem ser (no contexto em que se apresentam) termos homólogos, entre outros, às categorias de índios hostis e negros fugidos, cujas relações interessam aqui mais de perto.

Os “GENTIOS”

Os documentos do período 1725–1775 referentes ao oeste de Minas, Triângulo Mineiro e sul de Goiás, foram produzidos pelas autoridades das capitanias de Minas Gerais e Goiás durante as intenções de abrir, manter livre e fiscalizar as estradas que escoavam a produção aurífera de Goiás para São Paulo – o caminho de Goiás – e de Goiás para São João Del Rey – a picada de Goiás. Em ambos os caminhos eram freqüentes os ataques de índios hostis e de negros fugidos. De acordo com documentos do período, os índios agiam como “costuma de sua barbaridade”,⁴ e havia as “grandes insolencias dos calhambolas”.⁵ As sucessivas notícias dos ataques e investidas de índios e negros fugidos tornaram-nos inimigos declarados do poder colonial. A partir da década de 1730 o governo da Capitania de Goiás autoriza o ataque aos índios, tratados na documentação como “gentio Cayapó”⁶ e, uma década depois, a destruição dos “quilombos e calhambolas” torna-se prioridade do governo da Capitania de Minas Gerais.⁷

4 Carta de d. Luis de Mascarenhas ao rei d. João V (...). Vila Boa, 30/03/1742. Arquivo Histórico Ultramarino. Centro de Memória Digital da UnB, manuscrito, códice AHU – ACL – CU, cx. 2– doc. 179.

5 Carta de Gomes Freire de Andrada ao juízes e mais vereadores da Câmara de Ouro Preto, 24/10/1748. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscritos, códice APM – CC – 43, doc. 30219

6 Bandos, Regimentos e Ordens de D. Luiz de Mascarenhas (1732 – 1745). *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, vol. 22, p.102-121, 1896.

7 Carta de Gomes Freire de Andrada (...). s/l, 16/03/1743. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscritos – códice: APM – CC – 122, doc. 20886.

A guerra aos índios, em particular, foi declarada no contexto de uma política indigenista cujas leis diferenciavam os índios aliados dos índios inimigos, normatizando o tipo de tratamento que deveriam receber de colonos e missionários (Perrone-Moisés, 1992). Como desde a década de 1720 são constantes as notícias de ataques dos índios aos roceiros, aos viajantes e aos mineradores; “pois que não chegou viandante ou comboeiro a esta Vila [Vila Boa de Goiás] que não viesse fazendo repetidas queixas dos insultos que continuamente estão fazendo os mesmos Cayapós”;⁸ eles forneceram as chances para o discurso colonial os tratem como inimigos e a eles declarar uma guerra de extermínio e escravização. Nos diferentes documentos em que se relatam os ataques de que parte a parte poder colonial e índios deflagraram, os índios dos sertões das Minas e de Goiás, notadamente os Kayapó, foram tratados nesse período como “gentio”. Ao que parece, esse termo se refere à categoria de índios independentes, aqueles que não se encontravam ainda sob o domínio da Coroa portuguesa, portanto não catequizados ou civilizados, e para os quais se voltaria, então, a política indigenista de Goiás no final do XVIII. De acordo com Karasch (1992, p.397-410), o projeto dessa política era justamente o de livrar a capitania dos índios não assimilados e trazê-los para autoridade da Igreja e do Estado; mesmo que para isso as autoridades e os colonos usassem do extermínio ou desinfestação. Para os grupos “Cayapó”, essas práticas desde cedo foram constantes e estima-se que em um só ano (1741) aproximadamente oito mil kayapós tenham sido escravizados por paulistas (Karasch, 1997, p.33). Como mostram os documentos produzidos ao longo do contato, essas atitudes se justificavam por alegorias que associavam os “gentios” em geral, e o “gentio Cayapó” em particular, aos adjetivos “brabo”, “bárbaro”, “selvagem”; portanto índios inimigos e hostis.

8 Carta do conde D. Marcos de Noronha a Manoel do Campo Bicudo, Vila Boa, 16/04/1753. Biblioteca Nacional, RJ – seção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, código: 1.4.001 – doc. 19.

A própria terminologia “Cayapó”, anotada pela primeira vez na documentação em 1723,⁹ não é, evidentemente, um etnônimo e significa, em Tupi ou Guarani, “como macaco” (Turner, 1992, p.311); fato que os aproxima ainda mais, a partir da visão colonial, da condição de “selvagem”. Sugere ainda essa aproximação as descrições que no século XVIII se fizeram sobre esses grupos que “tudo levam de traição e rapina”,¹⁰ que é o “mais traidor de todos”,¹¹ que “guerreiam com traição (...) e se sustenta de imundices do mato”.¹² Por isso, a construção do termo está associada às circunstâncias nas quais se deram os contatos que levariam os “Cayapó” a serem o “gentio bravo e selvagem” por excelência.

A entrada que resultou na primeira descrição histórica dos “Cayapó” foi realizada em 1723 e liderada por Antonio Pires de Campos. Desde Itu pelo rio Tietê abaixo até a sua foz no rio Paraná, e subindo o curso deste até o rio Paranaíba, a bandeira entrou no sul do atual estado de Goiás. Nesse trajeto os “Cayapó” são mencionados em grande extensão territorial a partir da margem direita do Paranaíba. Embora pareça não

9 De fato, a primeira menção direta ao termo “Cayapó” só aparece mesmo nessa data, mas alguns autores, NEME, 1969, p.114-117; MONTEIRO, 1994, p.63; MEAD, 2010, p.67-77, já levantaram a hipótese de no século XVII os “Cayapó” serem conhecidos como Bilreiros ou Ibirajara, “senhores do tacape” segundo SCHADEN, 1954, p.397. Mas como ainda não foram revelados documentos sobre o Campo Grande no século XVII, é na documentação oitocentista, quando o termo “Cayapó” já é amplamente usado, que este artigo se apóia para discutir os índios nos sertões das minas. Ver: CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá (...) 20/05/1723. In: TAUNAY, Afonso d’E. (Org). *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976. p.181-200.

10 CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá (...) 20/05/1723. In: TAUNAY, Afonso d’E. (Org). *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p.182. p.181-200.

11 CAMELLO, João Antonio Cabral. Notícias práticas das Minas de Cuiabá e Goiasas, na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao reverendo Padre Diogo Soares, o capitão João Antonio Cabral Camello, sobre as viagens que fez às minas de Cuiabá em 1727. In: TAUNAY, Afonso d’E. (Org). *Relatos monçoneiros*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p.115. p.114-123.

12 BARROS, Manoel de. Notícia 7ª Prática –Roteiro verdadeiro das Minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varradouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias de navegação e travessia, que se costumam fazer por mar, e por terra. In: TAUNAY, Afonso (Org.). *Relatos monçoneiros*. São Paulo: Livrara Martins Editora, 1976, p.147. p.141-147

ter ocorrido nenhum incidente de hostilidade nesse primeiro contato, já nele Antonio Pires de Campos revela uma marca registrada desses indígenas que marcaria todas as suas descrições no século XVIII: a guerra. Depois de descrever as aldeias e as lavouras, ele escreve: “e seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar (...)”.¹³ Embora nesse documento fiquem claras apenas as guerras intertribais, não tardariam a aparecer informações de beligerância entre esses indígenas e as frentes de expansão colonial, a tal ponto de já ter sido proposto que as estratégias de resistência dos índios foi um dos motivos do fracasso de Portugal na Província de Goiás (Karasch, 1997, p.32). Desde que paulistas e seus carijós,¹⁴ no início do XVIII, passam a se interpor nos caminhos das minas, são constantes as situações notificadas de ataques desses índios contra viajantes e roceiros; tanto quanto são abundantes as ordens para se fazer guerra a eles.

Os repetidos insultos, contínuas mortes, estragos e roubo q̃. Gentio bárbaro da nação Cayapó, e os mais q̃;infestão o caminho de povoado emthé as minas de Goiaz desde o tempo em que ellas se descobrirão emthe o presente tem sido tão excessivos, e lamentáveis (...) matando e roubando aos Viajantes que vão, e vem, e aos roceyros insultandoos em suas próprias cazas, queymando-lhes citios, e os payoys em que tem recollido os seus fructos matandolhes também os seos escravos, cavallo, porcos, e mais criações havendose com tão bárbara crueldade, que nem as crianças perdoam, nem dão quartel a pessoa alguma (...).¹⁵

13 CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá (...) 20/05/1723. In: TAUNAY, Afonso d'E. (Org). *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p.182. p.181-200.

14 Termo genérico usado no século XVIII para se referir a índio escravo.

15 Regimento de hum Bando de D. Luiz Mascarenhas sobre a guerra que se pretende fazer ao Gentio Cayapó, 17/02/1745. *Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*, vol. 22. Typografia da Companhia Industrial de São Paulo, p.185, 1896.

Em face de uma série de dados podemos entender, então, a construção do “Cayapó” como o “gentio bravo” por excelência. A isso concorria a política indigenista da época que, como mencionado, diferenciava os índios aliados dos índios inimigos, dando a eles tratamentos diferentes; e as relações concretas de conflito armado que durante boa parte do século XVIII permearam as relações de contato. A essas, soma-se ainda um imaginário colonial que desde o século XVI usava uma aleatória e falsa divisão dos índios em Tupis e Tapuias, geralmente associada à uma distinção lingüística, como em Cardim,¹⁶ para o qual Tapuia é aquele que fala língua travada; ou à distinção nós (Guaranis e Tupis) e Outros, como em Simão de Vasconcelos,¹⁷ para o qual o nome Tapuia equivale à de contrário ou inimigo dos tupis. Essa diferenciação lingüística e cultural dos índios era, por sua vez, alimentada pelo fato da língua geral ou *nheengatu* ter sido a língua oficial nas entradas, nas bandeiras e nas tropas militares do XVI ao XVIII, o que explica o uso do designativo “Cayapó” construído nessa língua, e não de acordo com uma etnotaxonomia social.

Esse universo de significados se ajustou às experiências vivenciadas dos agentes coloniais com os “gentios” dos sertões das minas, às vezes porque identificados como “Tapuia” “por ser sua língua diversa da língua geral”;¹⁸ por causa do uso do bilro, porrete ou tacape em suas guerras; e por sua qualidade de matadores cruéis, pois “havendose com tão bárbara crueldade, que nem as crianças perdoam, nem dão quartel a pessoa alguma”.¹⁹ Nesse sentido, está claro que o termo “Cayapó” é um

16 CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980, p.103.

17 VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*, vol.1. Petrópolis: Vozes/NL/MEC, 1977, p.109.

18 BRAGA, Alferes Peixoto da Silva. Notícia 1ª. prática que dá ao P. M. Diogo Soares o Alferes Peixoto da Silva Braga, do que se passou na primeira bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas dos Guayazes até sair na cidade de Belém do Grão Pará. In: TAUNAY, Afonso d’E (Org.). *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p.126. p.121-137.

19 Registro de hum bando de D. Luiz de Mascarenhas, 17/02/1745. *Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*, vol. 22, p.185, 1896.

apelativo aplicado por um olhar estrangeiro a uma série de grupos provavelmente associados aos Jê meridionais. Reforça essa idéia tanto os dados documentais, como a moderna etnografia. De acordo com dados históricos, lingüísticos e mitológicos, já foi proposto (Giraldin, 1997, p.121; Turner, 1992, p.312-313) que os Kreen-Akarôre ou Panará da serra do Cachimbo, um dos subgrupos da designação genérica Kayapó, são um grupo sobrevivente dos Kayapó meridionais. O termo Panará aparece muito tardiamente na documentação referente aos sertões das minas, somente no início do século XX, mas traz relações claras tanto com os “Cayapó”, como com os Jê. Em 1911 o agrimensur Alexandre de Souza Barbosa esteve a serviço no distrito de São Francisco de Sales, da comarca de Frutal, e lá encontrou cerca de 50 índios vivendo na aldeia de Água Vermelha.

Em 1911 encontrei no extremo oeste do Estado de Minas, junto à confluência dos rios Grande e Paranahyba, índios da aldeia de Água Vermelha, que se chamavam Panarás.

Estes índios chamados Cayapós pelo nosso povo, são provavelmente representantes do grupo indígena Cayapó do sul.²⁰

Ainda de acordo com essa informação, a zona de ocupação desses índios era o rio Paranaíba, Grande e norte do atual estado de São Paulo. Nesta aldeia Barbosa encontrou traços característicos dos Jê, tais como a disposição da aldeia em círculo e, no centro da aldeia uma casa central chamada *piruá*,²¹ cuja disposição pode estar também relacionada a uma característica etnográfica dos grupos Jê: o dualismo. Como os Jê em geral, os Kayapó, incluindo aí os Panará (Schwartzman, 1987), dispõem de segmentações dualistas globais que orientam sua vida cerimonial, social, cosmológica etc. De acordo com seus etnógrafos, os “Kayapó organizam

20 BARBOSA, Alexandre de Souza. *Descrição dos índios Cayapós e Panarás*. Vocabulário e mapa da região ocupada pelos Caiapós, Uberaba, 2/09/1918. Arquivo Público de Uberaba, manuscrito – resgate de Odair Giraldin, fl.2.

21 BARBOSA, Alexandre de Souza. *Descrição dos índios Cayapós e Panarás*, fl.9.

as categorias de entendimento, que envolvem a noção de pessoa, de sociabilidade e as relações com seres da natureza a partir de certos princípios de oposição e hierarquização” (Vidal, 2001, p.210) e, em face de seu amplo alcance, esse dualismo parece também organizar as relações entre o mundo interior (Kayapó) e o mundo exterior (não-Kayapó).

Como essas questões estavam em jogo nas relações de contato do “gentio Cayapó” no segundo e terceiro quartos do século XVIII é ainda uma incógnita. De certo, esses grupos documentalmente tratados como “gentio bravo Cayapó” eram pertencentes à família lingüística Jê do Tronco Macro-Jê e, de acordo com essa mesma documentação, parecem ter ocupado um território contínuo desde o norte do atual estado de São Paulo até as imediações do Distrito Federal e, no sentido leste – oeste, toda a extensão do Triângulo Mineiro.

Esse imenso território não era somente área de perambulação desses grupos, mas nele também havia várias aldeias. O regente de campo Ignácio Correa Pamplona em carta a d. Rodrigo José de Menezes escreve que do Rio Paranaíba “seguí adiante a verificação dos morros desta Capitania [Minas Gerais] com a de Goiás e São Paulo (...) chegando ao lugar chamado da Glória, ahi encontrei os grandes vestígios do gentio Cayapó, e parte de seu alojam.to”; e nas cabeceiras do rio Dourados, um afluente do Paranaíba, “topa-mos trez alojamentos do gentio Cayapó, cada hum com vinte e tantas cassas”.²² Mas a principal descrição histórica dessas aldeias é ainda a de Antonio Pires de Campos.

e falando do Rio Grande (em que mete o Tietê e perde seu nome) navegando por ele acima, se dá em um rio chamado Pernaiba, e por ele acima habita o gentio chamado Caiapó. Este gentio é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no estado de Maranhão chamam principal, a qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se

22 Carta de Ignácio Correa Pamplona a d. Rodrigo José de Menezes. Quartel das Cabeceiras dos Dourados, 23/04/1781. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscrito, códice: APM – CC – 87, doc. 20256.

fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajas desses bárbaros é viverem nus, tanto homens como mulheres, e seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar (...).²³

Essa primeira descrição histórica dos “Cayapó” é importante não só para a história, mas para a etnologia. Durante muito tempo os povos de língua Jê foram chamados impropriamente de “tribos marginais” ou “horticultores incipientes” (Schwerin, 1985, p.20). Mas essa primeira descrição histórica dos “Cayapó” retrata-os exatamente ao contrário: são apresentados como extremamente numerosos, pois “povoa muita terra por ser muita gente”. E ao invés de nômades ou “nação que não tem domicílio certo, nem plantas ou lavouras”,²⁴ essa primeira descrição retrata os Kayapós como agricultores sedentários que tinham como cultígeno básico a batata, planta que a moderna etnografia (Galvão, 1979, p.232) identifica como o principal alimento cultivado pelos povos indígenas do Brasil central. Além disso, nessa descrição eles são apresentados como detentores de uma organização sociopolítica elaborada, na qual “cada aldeia tem seu cacique, que é o mesmo que governador”.

Com base nesses documentos, está claro que “o gentio Cayapó” ocupava de maneira intensiva a região antes dos processos que, no segundo quarto do XVIII, fez a sociedade colonial se mover para os sertões das minas. Quando deflagrado aí o contato, esses grupos foram, aos olhos do poder colonial, o “gentio bravo” por excelência e a eles declarou-se uma guerra de extermínio. Em 1742, d. Luiz de Mascarenhas dava instruções claras para a conquista, escravização e extermínio.

23 CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá (...) 20/05/1723. In: TAUNAY, Afonso d’E. (Org). *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p.181-182. p.181-200.

24 BARROS, Manoel de. Notícia 7ª Prática –Roteiro verdadeiro das Minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varradouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias de navegação e travessia, que se costumam fazer por mar, e por terra. In: TAUNAY, Afonso (Org.). *Relatos monçoneiros*. São Paulo: Livrara Martins Editora, 1976, p.148. p.141-147.

não se rendendo os ditos Gentios, e sendo tomada as mãos na pelleja os passarão a espada sem distinção ou diferença algũa de sexo, só não executarão a da. pena de morte nos meninos e meninas de dês annos pa. baixo, porque estes os conduzirão a esta Va. para delles se tirar o quinto de S. Mage. E os mais se repartirem por quem tocar.²⁵

Em meados do século XVIII, as ordens para exterminar e conquistar o “gentio Cayapó” traria para a região do Triângulo Mineiro, por meio de movimentos forçados, vários outros grupos indígenas. Entre 1741 e 1775, são transferidos para aldeamentos criados entre os rios Grande e Paranaíba índios oriundos de missões em Goiás e outros de Cuiabá; tais como os Bororo, administrados por Antonio Pires de Campos,²⁶ os Paresi, os Karajá, os Xakriabá (Almeida, 2006, p.14), entre outros, aliciados como mão de obra e soldados nas guerras de extermínio e escravização do “Gentio bárbaro da nação Cayapó, e os mais q. infestão o caminho de povoado emthé as minas de Goiaz”.²⁷ Dada a situação desses índios aldeados, na legislação e nas relações vivenciadas pelos agentes coloniais eles serviram para oporem-se ao “gentio” e foram descritos, ao contrário desses, como índios amigos, mansos, os “negros da terra” (Monteiro, 1994). Assim, enquanto os índios inimigos e hostis eram descritos como “gentio bárbaro”, os outros “mansos chamados Bororos”,²⁸ embora tivessem conseguido desenvolver formas de negociar sua existência e participação nesse projeto (Amantino, 2013, p.165), eram índios aliados aos agentes do poder colonial e usados como soldados em suas guerras nos sertões. “Gentio

25 Regimento de D. Luiz Mascarenhas de q. não de usar (...) da Conquista do Cayapó (...), Vila Boa, 06/01/1742. *Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*, vol. 22. Typografia da Companhia Industrial de São Paulo, p.168, 1896.

26 Regimento de D. Luiz Mascarenhas sobre que há de observar Antonio Pires de Campos (...), 15/07/1748. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. 22, p.210-211, 1896.

27 Registro de hum bando de D. Luiz Mascarenhas, 17/02/1745. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. 22, p.185, 1896.

28 Carta de Ignácio Correia Pamplona a d. Rodrigo José de Menezes. Quartel das Cabeceiras dos Dourados, 23/04/1781. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscrito, códice: APM - CC - 87, doc. 20256.

bárbaro e gentio Cayapó”, em oposição aos índios aldeados, eram então termos associados a grupos indígenas retratados, independentemente de etnia, como violentos, aguerridos, de aparência e línguas estranhas e que, de certa forma, se colocavam como obstáculos nos caminhos das minas.

Situados nos sertões a oeste de Minas, Triângulo Mineiro e sul de Goiás, esses grupos não ocuparam, porém, de maneira exclusiva esse território. Às relações com os índios autóctones dos quais se tem notícia (Araxá, Akroá) se somaram, ao longo da história do contato, relações com não-índios (brancos, mestiços, homens livres pobres), índios trasladados (Bororo, Paresi, Xakriabá, Javaé, Karajá) e negros (escravos, fugidos e forros). A verdade é que, ao longo do segundo e terceiro quartos do XVIII, diferentes alteridades espelharam humanidades estranhas ao universo Kayapó. E como sempre a identidade é uma diferença, então várias diferenças ajudaram a construir e a reconstruir a identidade desses índios no período em foco. Ao invés de uma identidade única e inequívoca, parte dos dados sugere, ao contrário disso, a constituição de uma complexa e intrincada rede de representações e ações desses índios sobre seus diferentes outros. Porque se por um lado suas ações guerreiras tinham o objetivo de aniquilar material e fisicamente os não índios (mestiços, garimpeiros, viajantes, negros escravos), por outro lado houve alianças com negros fugidos.

Desde o início do século XVIII já se tem notícias de quilombos no caminho de Goiás, na Serra da Canastra, no alto rio São Francisco, no médio rio Grande e no rio das Abelhas (atual rio Araguari). Área de ocupação e perambulação do “gentio Cayapó”, esses quilombos parecem não ter sido atacados, como de costume era o que faziam esses índios com seus outros. Ao contrário, há indícios de ter havido trocas mútuas, ações conjuntas e alianças entre os “gentios” e os “calhambolas”.

OS “CALHAMBOLAS”

O movimento de expansão da sociedade colonial para os sertões a oeste de Minas Gerais foi marcado, na década de 1730, pela abertura de caminhos que ligavam São João Del Rey a Vila Boa de Goiás – a picada

de Goiás. Ela cortava a Comarca do rio das Mortes, o alto rio São Francisco, Serra da Canastra e adentrava no atual Triângulo Mineiro para sair no sul de Goiás. Como mencionado, na documentação da época parte desse sertão era denominado de Campo Grande e seus primeiros povoados foram Piumhi e Bambuí, no alto rio São Francisco. “Piuhy da parte de lá do rio São Francisco, Bambohy da outra parte”.²⁹ Com base em diversas informações do período, o Campo Grande (e picada de Goiás) parece ter sido refúgio de quilombos e “calhambolas”.

Apesar da associação imediata do termo “calhambola” com o de negro fugido vivendo em quilombos, de acordo com a legislação da época quilombola era todo escravo fugido encontrado fora das povoações. Apesar da simplicidade aparente, o termo na verdade carregava ao menos duas implicações. A primeira é que ele resultava em certa elasticidade em sua aplicação, pois poderia então englobar tanto os conhecidos assentamentos quilombolas, como pequenos grupos de escravos fugidos errantes pela mata. E a segunda é a de que, devido à fluidez entre as camadas mais baixas da sociedade colonial, no plano das relações vivenciadas e das hierarquias, era difícil distinguir homens livres pobres, sobretudo negros forros, dos escravos e dos quilombolas e, por vezes, esse termo poderia englobar sujeitos de diferentes camadas sociais. Mas ainda assim, diferentemente destes, os quilombolas, como negros fugidos, tinham a consciência de cativos e, para o sistema escravista, ele era o pior dos escravos.

Na documentação referente à área e ao período em foco, o termo “calhambola” parece ter sido aplicado tanto para uma série de comunidades grandes e estáveis, como para pequenos grupos de homens armados que se mantinham de roubos. Como o movimento migratório de escravos fugidos para os sertões foi desencadeado por uma série de motivos, dentre eles a decadência das minas, as circunstâncias os colocaram numa situação de pobreza que os impeliu a ataques, roubos

29 Carta do mestre de campo Ignácio Correia Pamplona a d. Rodrigo José de Menezes. Arraial do Bambohy, 06/03/1781. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscrito, código: APM - CC - 75. doc. 20023.

e mortes nas vilas, povoados e ao longo da picada de Goiás.³⁰ Mas, tal como foram narrados, esses episódios estavam sendo protagonizados por pequenos grupos móveis de homens armados: “juntando se em quadrilhas de vinte e trinta e quarenta armados e defendido das armas”³¹ “sairão os negros calhambolas a invadir casas, matar e roubar”,³² “os mesmos negros pouco tempo antes d’ nossa entrada, vierão do tamandoá, e mataram hum homem cazado ao pé de hum monjolo seu”.³³ Ora, para que esses ataques tivessem sucesso era imprescindível a rápida movimentação dos grupos e a constante fuga que, como atestam os documentos, só poderiam ser feitos por grupos pequenos de homens. Nesse sentido, quando o termo “calhambola” aí aparece, ele está sendo usado para fazer referência a um grupo de homens armados e unidos numa expedição rápida de roubo e furtos, promovidos nas estradas e nas povoações; pois os negros fugidos “confiadamente se atrevem não só a infestar as estradas e os que andao por ellas, mas aos q’ habitao nos sítios e rossas ainda visinhos as villas, levando-lhes de casa não so ouro e mantimentos mas couzas de menos importância”.³⁴

Mas além dessa aplicação, esse termo também estava associado a grandes e estáveis comunidades. Ainda em 1769, o regente de campo Ignácio Correa Pamplona notifica um grande número de quilombos: “Parti de Piauhy seguindo o rumo do norte (...) dois dias de jornada cheguei a estância de São Simão e (...) desde esta estância de São Simão athé a demarcação de Sam Paulo e Goyaz (...) sabia de sete

30 Carta do Conde de Valadares a d. Luis (...), s/l, 18/02/1772. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscrito, código: APM - CC - 03. doc. 10074. Carta de Manuel dos Santos Ferreira sobre roubos [...]. Nossa Senhora da Lapa, 25/05/1782. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscritos código: APM - CC - 78 - doc. 20081.

31 Cartas de D. Pedro Almeyda, o Conde de Assumar, ao Rei de Portugal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 3, n. 1, Ouro Preto, p.251, 1898.

32 Carta de Manuel dos Santos Ferreira sobre roubos (...). Nossa Senhora da Lapa, 25/05/1782. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscrito, APM - CC - 78, doc. 20081.

33 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. 15/11/1769. Biblioteca Nacional, RJ - secção de manuscritos Arquivo Conde de Valadares, código: 18.2.6 - doc. 19.

34 Cartas de D. Pedro Almeyda, o Conde de Assumar, ao Rei de Portugal, p.251.

quilombos”.³⁵ Em sua maioria, essas comunidades eram descritas como “grande povoação dos mesmos prettos (...) com bananais, laranjeiras (...) e muito algodão”;³⁶ “alguas 500 ou 600 pessoas (...) seis alqueires de milho”; “e que havia hum que só ele tinha mais de duzentos”.³⁷ Ainda que não abrigassem apenas negros fugidos, mas também pretos forros, homens livres pobres e índios, essas povoações grandes e estáveis que são documentadas como quilombos do Campo Grande³⁸ só podem ser pensadas com base na coexistência de três fatores: um grande contingente populacional, uma estrutura organizativa interna e uma rede de relações e alianças com sujeitos de outras camadas da sociedade colonial.

De fato, os documentos da Comarca do rio das Mortes no início do XVIII relatam que “como os negros fogidos são mtos, cada dia estão rebentando por diversas partes”,³⁹ num território “q’ de extensão pode dar o nome de Campo grde, mas sim de um emperio pela sua grde grandeza”. E neste caso, tal como no dos “gentios”, o poder colonial via problemas, dado que “da Soltura com que nestas minas vivião os negros, e especilamte os fugidos, que juntos a Mocambos Se atrevião a fazer todo gênero de insultos”.⁴⁰ Ante aos olhos do poder colonial, o medo maior era o de “fazer alguas operaçois Semelhante à dos Palmares

35 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, São Simão do Rio da Ajuda, 07/09/1769. Biblioteca Nacional, RJ – secção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, código: 18.2.6 – doc. 02.

36 Carta de Manuel de Jesus Faria ao capitão Manoel Rodrigues da Costa, Vila da Pomba, 30/09/1770. Biblioteca Nacional, RJ – secção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, código: 18.2.6 – doc. 112.

37 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. 15/11/1769. Biblioteca Nacional, RJ - secção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, código: 18.2.6 – doc. 19.

38 Na documentação compulsada aparecem nominalmente os quilombos do Ambrosio e Queimado no alto rio São Francisco, o do Andaial próximo ao município de Araxá, o Zundu ao sul do rio Grande, o do Catigua no rio Quebra Anzol afluente do Paranaíba, além dos quilombos Grande, Cascalho, Bambui, Sambabaya, Corisco, São Gonçalo, Corumbá, Santa Fé, Jacuí entre outros.

39 Cartas de D. Pedro Almeida, o Conde de Assumar, ao Rei de Portugal, p.251.

40 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. 15/11/1769. Biblioteca Nacional, RJ – secção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, código: 18.2.6 – doc. 19

de Pernambuco fiados na Sua multidão”.⁴¹ Portanto, dada a comparação e os superlativos “são muitos”, “multidão”, “grande grandeza” etc., parece ter existido uma numerosa população de negros fugidos na região; hipótese confirmada pelas constantes preocupações e expedições organizadas durante boa parte do XVIII para destruir os quilombos do Campo Grande.⁴²

Esse expressivo contingente sugere ainda uma estrutura organizativa que deveria corresponder a certa hierarquia, como já foi proposto por Amantino (2001). No Campo Grande, embora houvessem nominalmente vários quilombos, um em especial (o do Ambrosio) foi destacado ao menos por duas razões. A de ter sido o maior e o mais populoso, e a de ter abrigado o que os documentos indicam ter sido o rei dos quilombos do Campo Grande, também conhecido por Ambrosio; ou como aparecem nos relatos: “o grande quilombo Ambrosio”,⁴³ o “famigerado Quilombo do Ambrosio que extraordinária revolução cauzou a todos os povos destas minas”.⁴⁴ Localizado no alto rio São Francisco, ele devia representar uma povoação numerosa, “segundo me dizem, de mais de seiscentos negros armados” e “seis alqueires de milho”,⁴⁵ e o seu líder, Ambrosio, “intitulado rei”.⁴⁶

41 Cartas de D. Pedro Almeyda, o Conde de Assumar, ao Rei de Portugal, p.251-252.

42 Carta de Gomes Freire de Andrada [...]. s/l, 16/03/1743. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscritos, código: APM - CC - 122 - doc. 20886. Registros de cartas do Governador ao 1º Conde de Bobadella e de outras autoridades, petições e despachos, representações, bandos, termos, instruções. Arquivo Público Mineiro, BH - Seção Colonial, manuscritos, Documentos encadernados, código: APM - SC - 130.

43 Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha Maria 1ª a Cerca de Limites de Minas-Gerais com Goyaz. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fasc. 2, Ouro Preto, p.376, 1897.

44 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. 15/11/1769.

45 Registros de Cartas do Governador ao Vice-rei e mais autoridades da Capitania (1743-1749). Arquivo Público Mineiro, BH - Seção Colonial, manuscritos, Documentos encadernados código: APM-SC - 84, fl.75.

46 Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha Maria 1ª a Cerca de Limites de Minas-Gerais com Goyaz, p.376.

E ninguém descuidava de suas obrigações, ninguém discutia uma ordem, todos obedeciam ao chefe, superintendidos por seus lugares-tenentes, porque todos viam em Ambrosio o verdadeiro rei, o príncipe africano e lhe prestavam obediência cega, curvados ao seu nuto como à suprema vontade. E o negro, compenetrado de sua nobre missão não abusava de seu poder e fazia-se estimar de todos (...) nos domínios ambrosianos. (Gama, 1904, p.835)

Assim, poderíamos estar diante de uma organização social composta por várias comunidades e um centro político, com lideranças e hierarquias bem demarcadas, representada por um líder e seus chefes militares; por “terem já os negros da Comarca do Rio das mortes nomeado entre sy, Rey, Príncipe, e officiaes militares”.⁴⁷ Associado a isso, no interior das comunidades parece ter existido uma divisão social das atividades, com “os habitantes (...) divididos e subdivididos em classes, conforme as qualidades de que eram dotados” (Gama, 1904, p.835). Mas apesar da idéia de harmonia que essa visão pode evocar, alguns indícios apontam para práticas de exploração do trabalho no interior dos quilombos. Em 1770, notificando sua entrada no sertão, Manuel Roiz da Costa escreve duas cartas ao conde de Bobadela. Na primeira delas relata que:

amarrou naquelle sertão hum negro Bugre, que ainda não sabe lingoa portugueza (...) perguntado por outros, como fora ter àquella paragem, respondeo que elle com coatro parceiros fugirão e forão para o Quilombo, conduzidos por outros do mesmo Quilombo, e como nelle lhe daváo má vida, q`elle, e há dos parceiros fugirão.⁴⁸

E na segunda carta informa que esses negros “fugirão da povoação porque os tais prettos os fazião trabalhar e os castigão pelo que

47 Cartas de D. Pedro Almeyda, o Conde de Assumar, ao Rei de Portugal, p.263.

48 Carta de Manoel Roiz da Costa ao conde de Valadares, Borda do Campo, 08/10/1770. Biblioteca Nacional – secção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, códice: 18.2.4 – doc. 66.

sopamos ser um grande Quilombo”.⁴⁹ Essa informação permite supor não apenas que era um grande quilombo, mas supor também a superação da imagem idílica dos quilombos como unidades igualitárias. Se no topo da estrutura havia uma elite política e militar, no meio uma divisão social de atividades e na base uma exploração do trabalho, revela-se uma imagem de relações hierárquicas e assimétricas na estrutura social dessas povoações, bem ao contrário do que supunha a visão romântica dessas comunidades.

Essas grandes e complexas agremiações pareciam, então, formar uma rede bem organizada, que pelo volume e estrutura dificilmente teriam existido sem uma rede de relações e alianças com sujeitos de outras camadas da sociedade colonial. Com base numa série de documentos, já foi proposto que “abertas as picadas em 1736, o poder da Capitania descobriu que os pretos forros, gentilha e negros fugidos, em companhia de paulistas, estavam habitando a rica região já completamente estrelada de pequenas povoações e comunidades” (Martins, 2008, p.461). Tratadas como quilombos, elas atraíram, além de negros fugidos, toda a sorte de indivíduos das camadas mais baixas da sociedade colonial. Por isso, o quilombo de fato não era espaço de convivência apenas de negros fugidos, assim como negros fugidos não estavam circunscritos apenas aos espaços dos quilombos.

Como acima mencionado, havia sempre os ataques e roubos dos quilombolas nas vilas e povoações, durante os quais eles “levavam de casa não so ouro e mantimentos mas couzas de menos importância”.⁵⁰ Apesar dos mantimentos e outros objetos poderem ser diretamente consumidos, o ouro de certo pressupunha a venda ou troca, e nem por isso ele deixou de ser visado ou às vezes faiscado. Em vários momentos eles atacaram garimpeiros e viajantes, como um episódio, em 1748, no qual “garimpeiros vindos de Paracatu são massacrados por quilombolas no

49 Carta de Manuel de Jesus Faria ao capitão Manoel Rodrigues da Costa, Vila da Pomba, 30/09/1770. Biblioteca Nacional, RJ – seção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, código: 18.2.6 – doc. 112.

50 Cartas de D. Pedro Almeyda, o Conde de Assumar, ao Rei de Portugal, p.251.

alto rio São Francisco” (Lourenço, 2005, p.108). Se eles levavam “não só o ouro”, mas atacavam os garimpeiros, de certo contavam com postos para a troca e venda dos produtos roubados, bem como para a compra de itens que não produziam ou conseguiam facilmente roubar, como armas e pólvora. O intenso comércio dos quilombolas preocupava a administração da Capitania a tal ponto que, em 1737, de acordo com documento transcrito por Martins (2008, p.494), se instruí:

para que os calhambolas ou negros fugitivos não possam usar de armas de fogo, seria muito conveniente que a pólvora se estancasse e não vendesse em qualquer venda, e só com escrito jurado de pessoa conhecida; porém a ambição de qualquer pessoa a cujo cargo estivesse vender a pólvora, faria inútil este remédio; menos inconveniente seria em se proibirem as vendas (...) de (...) povoado e só se permitissem no interior dos arraiais porque não estão, ou fora de povoado ou nas entradas dos arraiais ou por medo ou por interesse e acham os calhambolas aguardente, farinha e o mais que querem comprar.

Nesse sentido, ao circularem e comercializarem livremente por espaços exteriores aos quilombos, está claro que os negros fugidos contavam com uma ampla rede de contatos e informações. Em face dessa rede de colaboradores, de um considerável contingente populacional e de uma estrutura organizativa, os quilombos e “calhambolas”, como os “gentios”, tornaram-se um grande problema para a administração colonial. Nesse cenário, tal como as alegorias da colonização fizeram crer na imagem do “gentio” como bárbaro, aqui novamente essas alegorias agem para fazer crer que os “calhambolas” eram ferozes e ameaçavam a ordem colonial. De acordo com essa visão, nos quilombos do Campo Grande poderia haver um levante dado o fato de “terem vindo negros fora amuniçarem-çe e convocarem outros”;⁵¹ e “no rio das mortes por ser Comarca menos povoada de gente branca andava os negros mais

51 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, Tejuco, 15/05/1770. Biblioteca Nacional, RJ – secção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, códice: 18.2.6 – doc. 61.

confiados, porq' descaradamente falavao aos brancos ameaçando-os com o tempo da sobelevação".⁵² Foram essas ideias que sustentaram a mencionada comparação com o Quilombo dos Palmares. Aos olhos do poder colonial, esses ataques eram de tal monta que há relatos do "grande numero de negros q. infestão aquele Paiz tem traduzido nos povos o terror e medo".⁵³ Em consequência dessas sucessivas alegorias, por muito tempo a área de demarcação de "Sam Paulo e Goyaz tem çido (...) abitação de feras e de Calhambolas, que vem a ser o msmo".⁵⁴ Assim, nos documentos do período, tal como o termo "gentio" aparece associado ao de selvagem, os termos "calhambolas" e negros fugidos aparecem associados aos de feras. Há nisso, várias imagens. Uma é a imagem construída pelo discurso colonial dos sertões como "mundo das feras" (Amantino, 2001). Representado como local inóspito e desvanecido da presença de não índios, os temores eram as presenças constantes de onças, "gentios" e "calhambolas", já que, nessa imagem, nos sertões sempre "teria sucedido de algum perigo de alguns Negros, Gentios, sede alguma fera".⁵⁵ Uma segunda imagem é a auto representação do discurso colonial como protagonista de um suposto projeto colonizador, da qual faziam parte as alegorias e as guerras de extermínio. E, uma terceira imagem ainda, que construiu dos outros – quilombolas -, como o pior dos escravos, pois fora da lei e contrário aos planos do avanço colonial. Nessas imagens, há implícita homologias nas quais como as onças - feras selvagens e habitantes dos sertões - "calhambolas" e "gentios" eram inimigos perigosos.

Deste ponto de vista, à semelhança do que ocorre com o termo "gentio", que a depender das circunstâncias históricas, das hierarquias e da legislação serve para diferenciar os índios independentes dos índios aldeados

52 Cartas de D. Pedro Almeyda, o Conde de Assumar, ao Rei de Portugal, p.263.

53 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, Tejuco, 15/05/1770.

54 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, Tejuco, 03/04/1770. Biblioteca Nacional, RJ – seção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, códice: 18.2.3 – doc. 1.

55 Notícia diária e individual das marchas (...) que fez o mestre regente de campo Ignácio Correia Pamplona, Fazenda do Capoto, s/d. Biblioteca Nacional, RJ – seção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, códice: 18.2.6 – doc. 34.

e escravizados; o termo “calhambola”, apesar de elástico como acima mencionado, se contrasta com o de negros escravos e “pretos decentes”. De acordo com os documentos, estes últimos – “pretos decentes” - eram negros forros que, como os índios mansos, formavam as campanhas para ataque aos “gentios” e aos próprios “calhambolas”; então descritas como “bandeiras de brancos, mulattos e prettos decentes”.⁵⁶

à exceção de hum pequeno numero de brancos, são todos mulatos, caboclos, mestiços e negros forros (...) penetram os matos virgens, no seguimento dos mesmos gentios: e delles he fielmente, que se compõe as esquadras (...) para destruir os quilombos de negros fugidos.⁵⁷

Nesse sentido, e apesar do cuidado no uso dos termos, o processo de construção histórica das categorias “calhambolas” e “gentios” parece que os colocava, da perspectiva dos agentes coloniais, em certa relação de analogia. Ainda que isoladamente os termos aportassem diferentes significados à luz das relações vivenciadas, das leis e das hierarquias do período, ambos se encontravam à margem da estrutura colonial, fugidos uns, não catequizados outros, e por isso estavam documentalmente associados a agentes históricos que eram empecilhos ao poder colonial. Ambos eram as feras dos sertões. Ambos roubavam, matavam, incendiavam e por isso aterrorizavam as vilas e povoados das minas de Goiás e Minas Gerais. Ambos infestavam e atacavam os viajantes nos caminhos dessas mesmas minas. Ambos tinham grandes contingentes populacionais e se distribuía por uma grande área, pois o “gentio brabo e quilombos de Negros por todos os lados cercavão este Continente”.⁵⁸ E ambos tiveram, durante o segundo e terceiro quarto do século XVIII, tratamentos oficialmente semelhantes.

56 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. s/d. Biblioteca Nacional, RJ – seção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, microfilme, código: MS 575 (1) – doc. 7.

57 Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais de JJ Teixeira Coelho, 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 8 – fasc. I e II, p.479, 1903.

58 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. s/d. Biblioteca Nacional, RJ.

Como acima mencionado, o “Gentio bárbaro da nação Cayapó (...) os passarão a espada sem distinção ou diferença de sexo”, excetuando os menores de 10 anos de ambos os sexos “porque estes os conduzirão a esta V.^a para delles se tirar o quinto de S.^a Mag. e os mais se repartirem por quem tocar”.⁵⁹ Com relação aos quilombolas, quando recapturados “manda cortar as orelhas dos negros fugidos e marcar a ferro”,⁶⁰ e os quilombos “se destrõe na conformidade das ordens de sua magestade queimando lhe inteiramente as povoações e matando-os em termos de resistêcia”.⁶¹

Sob esse cenário, as experiências históricas de “gentios” e “calhambolas” se cruzaram nos sertões a oeste de Minas Gerais, Triângulo Mineiro e sul de Goiás durante parte do século XVIII. Com base em algumas evidências, é possível propor que as culturas e identidades coletivas de índios e quilombolas estivessem se reelaborando num contexto de negociações e conflitos entre diferentes sujeitos históricos, apontando para a coexistência de diferentes linhas históricas de atuação e de relações de contato.

CONTATOS E IDENTIDADES ENTRE “GENTIOS” E “CALHAMBOLAS”

Antes que vários movimentos migratórios colocassem em marcha sujeitos de diferentes estamentos da sociedade colonial em direção aos sertões das minas, a região em foco era área prioritariamente ocupada por povos indígenas filiados à tradição dos Jê, tratados como “gentio Cayapó”. Quando no início do século XVIII a itinerância da sociedade colonial os alcança, para esses índios ela vem povoada de

59 Regimento de D. Luiz de Mascarenhas, 06/01/1742. *Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*, vol. 22, p.168, 1896.

60 Carta do Conde de Valadares a d. Luis (...), s/l, 18/02/1772. Arquivo Público Mineiro, BH - Casa dos Contos, manuscrito, código: APM - CC - 03, doc. 10074.

61 Instrução que deve seguir o João Leme do Prado na expedição de que se acha encarregado, Villa Bella, 1769. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos Históricos Ultramarinos, Catálogo, p.10.

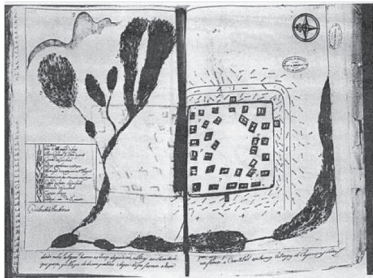
diferentes outros: mestiços, homens livres pobres, negros escravos, negros forros, negros fugidos, agentes do poder colonial, índios escravos entre outros. Apesar de todas essas categorias pertencerem ao mundo exterior não-Jê, o “gentio Cayapó” parece ter se relacionado com elas de diferentes maneiras. Para o caso das relações entre “gentios” e “calhambolas” há indícios documentais suficientes, abaixo apresentados, que autorizam pensar que durante o segundo e terceiro quarto do XVIII eles por vezes firmaram algumas alianças e realizaram trocas mútuas.

Outros autores (Amantino, 2001; Lourenço, 2005; Martins, 2008) já chamaram a atenção para as influências indígenas nos modos de adaptação das populações dos quilombos. Técnicas de subsistência, localização, formato dos assentamentos, forças produtivas e instrumentos de trabalho são alguns dos elementos que denotam óbvias semelhanças com o modo de vida indígena. Dentre o material histórico disponível para o Campo Grande, os mapas dos quilombos deixados por Pamplona⁶² apresentam claros indícios de semelhanças nas formas de apropriação do espaço e modos de subsistência. Nesses mapas (Mapa 1 e Mapa 2), os quilombos estão localizados próximos aos rios, a meio caminho entre as águas e a mata, e as casas dispostas ao redor de uma praça central. Tais descrições são as mesmas encontradas nas aldeias dos grupos Macro-Jê, dentre os quais os Kayapó históricos, cujas aldeias circulares, situadas a um meio termo entre a mata e o campo, são subdivididas em duas metades sobre a qual se acha erigida a casa central, tal como descrito para os Kayapó-Panará que ainda estavam no Triângulo Mineiro em 1911.⁶³ Mas as semelhanças não terminam aí. Em ambos os casos, no espaço externo dessas comunidades havia o cultivo do milho, da mandioca e

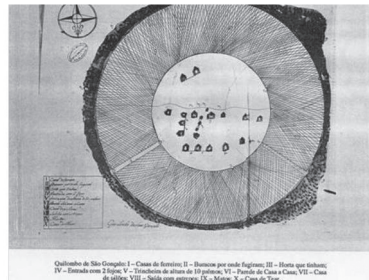
62 Notícia diária e individual das marchas (...) que fez o mestre regente de campo Ignácio Correia Pamplona, Fazenda do Capoto, s/d. Biblioteca Nacional, RJ - Arquivo Conde de Valadares, código: 18.2.6 - doc. 34.

63 BARBOSA, Alexandre de Souza. *Descrição dos índios Cayapós e Panarás*. Vocabulário e mapa da região ocupada pelos Caiapós, Uberaba, 2/09/1918, manuscrito, Arquivo Público de Uberaba.

do algodão,⁶⁴ complementado com a pesca, a caça e a coleta. Assim, os quilombolas, ainda que fiassem algum ouro e roubassem, tinham um modo de subsistência nos quilombos que era indígena, tanto quanto eram também alguns de seus instrumentos, como o arco e a flecha.



Mapa 1: Quilombo do Ambrósio
Fonte: Anais da Biblioteca Nacional,
vol. 108, Rio de Janeiro, 1988, p. 111.



Mapa 2: Quilombo de São Gonçalo
Fonte: Anais da Biblioteca Nacional,
vol. 108, Rio de Janeiro, 1988, p. 107.

Entre 1769 e 1770 alguns negros são apreendidos em um quilombo do Campo Grande, e

no que respeita a informação q` possoá mtos dos negros àpreendidos no Quilombo, hé queme dão alguns moradores da Estrada [picada de Goiás], que me dizem q` não consta q` estes negros tenham feito mortes, nem roubos (...) porque não tinham armas (...) e por armas, frechas.⁶⁵

64 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. 15/11/1769. Biblioteca Nacional, RJ – secção de manuscritos, códice – 18.2.6 – doc. 19; Carta de Manuel de Jesus Faria ao capitão Manoel Rodrigues da Costa, Vila da Pomba, 30/09/1770. Biblioteca Nacional, RJ – secção de manuscritos, códice: 18.2.6 – doc. 112.

65 Carta de Manoel Roiz da Costa ao juiz ordinário Antonnio José Martins, s/l, [ilegível]/01/1770. Biblioteca Nacional, RJ – secção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, códice 18.3.5 – doc. 88.

Seja pela baixa quantidade de armas de fogo nas mãos dos negros fugidos, pela dificuldade de acesso à pólvora, pelos empecilhos da recarga das armas, pela sua ineficácia na época das chuvas e pela necessidade de seu uso racional, o certo é que arcos e flechas foram os instrumentos ordinários da vida nos sertões no século XVIII e não só para índios e negros. Mas entre esses havia ainda outras semelhanças: as estratégias de cercos e emboscadas em suas batalhas. Para a sua defesa, os negros utilizaram tanto armas saqueadas nas vilas, como armadilhas nas matas, “ora com características africanas, ora com marcante presença indígena” (Amantino, 2001, p.147).

Desenham-se, assim, cruzamentos de técnicas de subsistência, arranjos socioespaciais, forças produtivas, instrumentos de trabalho, estratégias de defesa e guerra, nos quais “calhambolas” incorporaram artefatos e conhecimentos indígenas. Mas não são apenas os indícios de intersecções entre técnicas e conhecimentos que permitem aproximar negros e índios. Em várias ocasiões, foram relatados contatos diretos.

Desde o início das tentativas de povoamento oficial desse sertão são constantemente notificadas as barreiras que representavam índios e negros. Nesses sertões “prenderão ou farão terras não só negros aqui-lombados (...) como também gentio”.⁶⁶ Em 1737, eram notificadas a D. João V as “providencias que resultam ineficazes para o castigo dos crimes que diariamente comentem os negros e carijós”.⁶⁷ A partir de 1748 vários não índios, ao tentarem se fixar na região, são “atacados por índios Caiapó e negros fugidos”, ação que é confirmada por carta de 1793 da Câmara de Tamanduá à rainha Maria.⁶⁸ Em 1769, Pamplona assinala “a difícil empreza de povoar estas terras desertas e incultas (...) desvanecida pela oposição de gentio brabo e quilombos de Negros

66 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. s/d. Biblioteca Nacional, RJ – seção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, microfilme, códice: MS 575 (1) – doc. 7.

67 Carta de Martinho de Mendonça de Pina e Proença para D. João V [...], Vila Rica, 10/11/1737. Arquivo Histórico Ultramarino – Centro de Memória Digital da UnB. Códice: AHU-ACL – MG, cx. 33 – doc. 63.

68 Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha Maria 1ª a Cerca de Limites de Minas-Gerais com Goyaz. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fasc. 2, p.372-388, 1897.

que por todos os lados cercavão este Continente”.⁶⁹ Ainda na segunda metade do século XVIII, um ofício do governador e capitão-general de Goiás também confirma esses ataques.

pela natural cituação, está sofrendo uma guerra, não só das muitas Nasçoens Silvestres, qe. habita nos seus bosques; mas ainda á um grande numero de prettos calhambolas aquilombados, em quilombos qe. senão podem destruir, senão a força de armas (...) da nasção Sivestre Cayapó (...).⁷⁰

Os “calhambolas” e as “nasções silvestres”, dentre as quais os “Cayapó”, estavam, pois, habitando os mesmos espaços e atacando nos mesmos locais e, segundo outros indícios, pareciam estar também se auxiliando mutuamente. Há relatos de que em 1774, em um ataque dos “Cayapó”, eles “invadiram o distrito (...), mataram um negro, roubaram ferramentas e possibilitaram a fuga de escravos”.⁷¹ Mas além de ajudarem na fuga, há ainda indícios de que os “gentios” ajudavam os negros fugidos em suas defesas. Em 11/07/1760 Jozé Antonio F. e Andrada relata ao conde de Bobadela três partidas do capitão do mato em busca de quilombos. Nas duas primeiras os quilombos são atacados e neles são feitos prisioneiros. Porém, a terceira, não consegue atingir seu alvo, pois é repelida por um contra ataque fulminante.

Um das outras partidas trouxe quatro negros e uma cabeça; a outra diz o Cap. domato q’ atacando um Quilombo de negros se saíram ao encontro uma grande povoasam degentio q’ instantaneamente os rebateo com

69 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao conde de Valadares, s/l. s/d. Biblioteca Nacional, RJ.

70 Ofício do governador de Goiás Luiz da Cunha Menezes ao secretário de Estado (...). Vila Boa, 12/06/1781. Arquivo Histórico Ultramarino – Centro de Memória Digital da UnB, código: AHU – ACL – CU, cx. 32 – doc. 2015.

71 Ofício do juiz ordinário do julgado do Tocantins, Mamede Mendes Ribeiro, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a bandeira (...). Traíras, 10/06/1774. Arquivo Histórico Ultramarino, Centro de Memória Digital da UNB. Código: AHU-ACL-CU-008, cx. 27, d. 1773.

uma grande numero de flexas deq'ficaram três cap.domato firidos e dois com duas flexas perto do pescoso emgrande perigo devida. Se atacar este quilombo seperpara mayor numero de gentes pois sepersuadem todos q'os ditos calhambolas secobrem com esta povoasam de gentio".⁷²

Essa informação é importante porque ilustra não só um contato direto entre negros fugidos da escravidão e índios; mas também um processo de aliança entre ambos. A expedição, ao atacar um quilombo, é surpreendida quando uma "grande povoação de gentios" saiu na defesa dos negros, atingindo mortalmente ao menos cinco capitães do mato. Nisso, é fácil acentuar como o quilombo não era espaço de convivência apenas de negros fugidos; mas que índios e negros mantiveram contato e firmaram alianças. Nesse ataque preciso, imediato e eficaz, que colocou por terra as tentativas de invasão do quilombo, os índios usaram táticas e estratégias bastante conhecidas; pois de acordo com uma copiosa documentação sobre a história do contato dos Kayapó meridionais com os não índios, os seus ataques foram quase sempre descritos como botes rápidos, certos, fulminantes e direcionados, por meio dos quais matavam o maior número de inimigos;⁷³ estratégia que se repetiu na defesa do quilombo. Por isso é que o relato termina salientando que os ditos quilombolas se ocultavam com esta "povoação de gentio", e sugerindo que se o poder colonial quisesse vencer esse quilombo, teria de atacá-lo com um contingente maior de pessoas e armas.

72 Registros de cartas do Governador ao 1º Conde de Bobadella e de outras autoridades, petições e despachos, representações, bandos, termos, instruções. Arquivo Público Mineiro, BH – Seção Colonial, manuscritos, Documentos encadernados, código: APM – SC – 130, fl.9.

73 Um resumo da estrutura desses ataques pode ser lido no ofício que o governador de Goiás escreve em 1764: "O barbaro Gentio Cayapó assaltou com sua costumada ferocidade algumas rossas desta Capitania matando parte dos pretos q.a cultivavão, e dous brancos que nelas assistião, e levando os despojos as reduzirão a cinzas foi tão grande o terror". Ofício do [governador e capitão general de Goiás], João Manuel de Melo, ao secretário de Estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os novos ataques dos índios Caiapós e Xavantes que se mantinham em boa vizinhança (...). Vila Boa, 07/06/1764. Centro de Memória Digital da UNB. AHU-ACL-CU-008, cx. 20, d. 1220.

Esses diferentes indícios de que “gentios” e “calhambolas” pudessem, em alguns casos, terem firmado alianças, talvez possam ser explicados pelo reconhecimento, de lado a lado, de que ambos viviam em situações comuns. A área em foco já era prioritariamente habitada por esses índios, e desde o início da década de 1730 já se tem declarada uma guerra positiva contra eles. Portanto eles se encontravam num processo de expulsão de suas terras e em fuga de suas aldeias. De outra parte, os “calhambolas” também estavam em fuga e ambos, ao se deslocarem pelo território, devem ter entrado em contato lento, porém contínuo, identificando-se numa mesma situação que pode ter influenciado a união. Situados num sistema de relações de forças, uns e outros deviam estar tentando, com algum pragmatismo, atingir certos objetivos de caráter econômico, político e social. Por isso, embora pudessem se situar diferentemente em relação ao contexto colonial, dado o “gentio” ter a consciência de livre e o negro fugido a de cativo, num contexto histórico de conflitos e negociações os interesses práticos devem ter favorecido a união.

Há nisso o entendimento de que a história é um misto de interesse e signo (Sahlins, 1990) e de que, portanto, tanto a cultura –sistema de símbolos significantes- como as estruturas da conjuntura -o contexto concreto e os interesses dos agentes sociais envolvidos- influenciam as decisões na escolha das estratégias. Isso envolve pensar, inclusive, que a situação de defesa de interesses e a união, conforme nos autorizam concluir os indícios apresentados, não devem ter sido as únicas formas e modalidades de relações entre índios e negros fugidos. De certo devem ter havido outras, mas a incipiência dos estudos das relações entre esses coletivos ainda não nos permitem mostrar. Em face de certas lacunas, o uso de um quadro comparativo com a história do contato desses índios com não índios será útil para mostrar o uso de estratégias diferenciadas diante de um mesmo outro.

Acompanhando a história dos contatos desse “gentio Cayapó” é fácil perceber como não houve mesmo unanimidade nas modalidades do contato, devendo ter inclusive existido debates e cismas dentro do grupo sobre melhor forma de atuação nas relações com a sociedade colonial. Essa hipótese pode ser demonstrada nos diferentes destinos históricos desses

grupos dos Jê. Enquanto em parte do XVIII eles preferiram a guerra como modalidade de contato, no final desse mesmo século alguns grupos dos Kayapó foram aldeados em Maria I,⁷⁴ enquanto outros ainda continuaram a guerra.⁷⁵ No início do XIX, além da guerra e do aldeamento, outros grupos desses mesmos índios comercializavam com não índios no rio Paraná;⁷⁶ outros foram aliciados como mão de obra;⁷⁷ e outros ainda empreenderam uma fuga, como ilustra o caso Panará acima mencionado. A esse histórico de relações com os não índios, somam-se agora alguns indícios das relações com negros fugidos. A inserção desses novos atores na história do contato dos Kayapó meridionais mostra como, mesmo durante o segundo e terceiro quartos do século XVIII, esses índios percorreram diferentes linhas históricas de atuação com o mundo exterior.

Assim sendo, com base em indícios documentais suficientes é possível superar a idéia de que as ações de contatos desses índios com seus diferentes outros estiveram baseadas numa alteridade binária (Kayapó – não Kayapó). Se existiu mesmo um modelo tradicional de identidade

74 Em 16 de Julho de 1781, 243 kayapós rumaram para o aldeamento de Maria I, um “sitio que elles mesmos escolherão (...) na margem do rio chamado dos Indios”. Subsídios para a história da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 84, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p.141, 1919.

75 Acompanhando a cronologia desses ataques podemos vê-los ocorrer, no atual Triângulo Mineiro, até o ano de 1810. PONTES, 1978.

76 Em carta datada do ano de 1809, o padre Manoel Ferraz de Sampaio Botelho se dispõe a catequizar os Kayapó que se encontravam nas margens do Paraná e então escreve: “São estes huns povos sem fereza (...) qe. ha m.to tempo não fazem mal aos negociantes, elles apparecem atodos, qe. por alli passão (...) e familiarm.te tractão com a nossa gente, aqm. pedem muitas coizas, e tãobem dão outras (...)”. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. 3. Publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª edição, p.106-107, 1913.

77 Durante os anos de 1810 a 1816, grupos Kayapó situados no salto do Urubupungá na foz do Tietê e no baixo rio Grande passaram a ser alvo da conquista de paulistas que seguiam para essas regiões “por interesse immediato de Se servirem dos Índios, que de lá trazem, e nada mais”. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. 3. Publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª edição, 1913, p.150. Dez anos depois (1825), a expedição científica de Langsdorf não encontra nenhum índio na foz do Tietê e, ao visitar a aldeia de Urubupungá, encontra-a também abandonada. Ver: FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977, p.54-55.

concêntrico (Turner, 1993) associado a uma oposição nós (centro) – outros (periferia), ele não parece se encaixar nas situações históricas de contato vivenciadas pelos Kayapó meridionais, nem mesmo durante o curto período em tela.

Entre o segundo e terceiro quartos do XVIII, portanto durante o período inicial do contato dos Kayapó com esses diferentes outros, foram fartamente documentadas relações de beligerância com os não índios (mestiços, garimpeiros, viajantes, negros escravos). Nesses contatos, a estratégia era matar o maior número possível de inimigos, sem fazer reféns, e levar os despojos: “o barbaro Gentio Cayapó assaltou com sua costumada ferocidade algumas rossas desta Capitania matando parte dos pretos q.a cultivavão, e dous brancos que nelas assistião, e levando os despojos”.⁷⁸ Por outro lado, quando nesse mesmo período foram notificados ataques contra outros índios, o “gentio Cayapó” matava, saqueava e fazia reféns. Ilustra essa estratégia as relações com um grupo de índios assentados no atual Triângulo Mineiro, próximo as margens do rio Grande, conhecido por um termo ainda pouco estudado: os Araxá: “o gentio Caiapó tinha feito tal hostilidade aos gentios Arachás, que não só lhes fizera uma grande mortandade, mas depois lhes cativaram todas as mulheres e crianças”;⁷⁹ ou, ainda, a de Antonio Pires de Campos naquela primeira descrição histórica: “e nos assaltos que dão aqui e presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos”.⁸⁰

Em comum, esses outros pareciam figurar como inimigos cujos bens eram saqueados na guerra, a tal ponto de se poder pressupor aquela identidade concêntrica e a guerra como dimensão do próprio regime

78 Ofício de d. João Manuel de Melo, ao secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado (...). Vila Boa, 07/06/1764. Arquivo Histórico Ultramarino, Centro de Memória Digital da UnB, código: AHU – ACL – MG, cx. 20 – doc. 1220.

79 Carta de d. Marcos de Noronha ao rei São José [...]. Vila Boa, 24/01/1751. Arquivo Histórico Ultramarino – Centro de Memória Digital da UnB, código: AHU – ACL CU -008, cx. 6, doc. 465.

80 CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá (...) 20/05/1723. In: TAUNAY, Afonso d'E. (Org). *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p.181-182. p.181-200.

simbólico e relacional desses índios com a alteridade; definida então como uma relação de pilhagem e predação (Mano, 2012). Ainda que não dê para ser enclausurada na única forma de relação dos Kayapó com a sociedade colonial, como a história do contato confirmou, ao menos nesse período a guerra parecia ter sido a forma habitual de relação com os não índios e outros índios porque fartamente documentada. Mas como vimos, nem mesmo aí – no período inicial do contato – é possível perceber a identidade concêntrica e a guerra como modalidades únicas de posicionamento nas relações históricas desses índios com a alteridade, pois coexistiram também alianças e defesas de interesses comuns com os “calhambolas”.

Nesse caminho, e em face dos dados históricos sobre os quilombos do Campo Grande, podemos concluir, primeiro, que essas povoações não contribuíram para a reafrikanização, abrasileiramento ou aportuguesamento dos sertões; mas, antes, para sua amerindianização e intenso contato com grupos indígenas. Segundo, que do ponto de vista da história do contato, os Kayapó meridionais usaram diferentes estratégias de atuação, a depender das circunstâncias e dos sujeitos envolvidos; apontando assim para os limites de uma interpretação baseada numa suposta identidade binária. Ao contrário disso, a existência de diferentes modalidades de relações de contato mantidas por esses índios no século XVIII faz propor que, para a ação e o pensamento, os diferentes outros tiveram status diferentes em sua economia simbólica da alteridade (inimigos distantes, inimigos próximos, amigos, aliados) e na economia política de controle. Em consequência, e terceiro, que devemos substituir a fábula da miscigenação por uma análise dos processos históricos concretos de interpenetração e intersecções, de coexistências espaciais e sucessões temporais nas tramas reais das relações de contato. Isso permitirá contribuir para entender como a sociedade, a cultura e a história colonial dos sertões das minas no século XVIII não foram resultado sincrético da miscigenação étnica, ou a substituição de um modo de vida tradicional por um incipientemente capitalista, mas que, de fato, coexistiram diferentes linhas históricas de atuação, como o caso dos “gentios” e “calhambolas” parece ilustrar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Daniella Santos Alves, bolsista do projeto, pela colaboração na compilação de algumas informações documentais. O ensaio apresenta resultados de pesquisa financiada pelo CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rita Heloisa de. Xakriabá – cultura, história, demandas e planos. *Revista de Estudos e Pesquisas*, vol. 3, n.1–2, p.9-39, 2006.
- AMANTINO, Márcia. Caiapós, Bororos, fronteiras e os projetos coloniais para o sertão do Campo Grande no século XVIII. In: LUZ, Guilherme Amaral; ABREU, Jean Luis Neves; NASCIMENTO, Mara Regina do (Orgs). *Ordem crítica: a América portuguesa nas “fronteiras” do século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.151-168.
- AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- AMANTINO, Márcia. Os avanços e recuos do sertão oeste de Minas Gerais no século XVIII: os limites da pobreza. *Boletim de História Demográfica*, vol. 41, n.1, p.10–23, 2006.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- BASTIDE, Roger. *Les Amériques noires*. Paris: Payot, 1973.
- CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin; et. al. *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011.
- GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades – índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- GAMA, Carmo. Quilombola – lenda mineira inédita. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 9, fasc. I e II, p.827-866, 1904.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das letras, 1989.
- GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará – luta e sobrevivência de um povo Jê do Brasil central*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1997.

- KARASCH, Mary. Catequese e cativo - política indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p.397-412.
- KARASCH, Mary. Conflito e resistência inter-étnicos na fronteira brasileira de Goiás, nos anos 1750 a 1780. *Revista da SBPH*, n. 12, p.31-49, 1997.
- LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. *A oeste das minas – escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: Edufu, 2005.
- MANO, Marcel. Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Kayapó. *Tellus*, n.22, p.133-154, jun. 2012.
- MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande - a história de Minas que se devolve ao povo*. Contagem: Santa Clara Editora e Produção de Livros, 2008.
- MEAD, David Louis. *Caiapó do sul, an ethnohistory (1610 – 1920)*. Tese (Doctor in Philosophy). University of Florida. Gainesville, 2010.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra – bandeirantes e índios na formação de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- NEME, Mario. Dados para a história dos índios Caiapó. *Anais do Museu Paulista*, n. 23, p.101-147, 1969.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p.115–132.
- PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.
- SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. *Revista de História*, n. 18, p.396-411, 1954.
- SCHWARTZMAN, Stephan. *The Panará of Xingu National Park: the transformations of a society*. Tese (Phd in social science) - University of Chicago. Chicago, 1987.
- SCHWERIN, Karl Henry. Aruak, Karib, Jê, Tupi: adaptação cultural e história da cultura na floresta tropical da América do Sul. *Terra Indígena - Boletim do Centro de Estudos Indígenas*, n. 35, ano IV, p.6-33, abr. 1985.

- SOUZA, Laura de Melo E. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- TURNER, Terence. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (orgs). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1993. p.43-66.
- TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p.311-338.
- VIDAL, Lux Boelitz. O mapeamento simbólico das cores na sociedade indígena Kayapó-Xikrin do sudoeste do Pará. In: LOPES DA SILVA, Aracy; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs). *Antropologia, história e educação – a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001. p.209-220.